

**A ATUAÇÃO DO TRADUTOR INTÉRPRETE DO PAR LINGUÍSTICO LÍNGUA
PORTUGUESA E LIBRAS: DESAFIOS E DIFICULDADES**

**THE PERFORMANCE OF THE TRANSLATOR INTERPRETER OF THE
LANGUAGE PAIR PORTUGUESE AND LIBRAS: CHALLENGES AND
DIFFICULTIES**

Marcia Pereira de Sousa Bringel¹

Jéssica Girlaine Guimarães Leal²

RESUMO

As pessoas surdas gradativamente estão alcançando inserção e permanência em diversos espaços sociais, entre estes, as instituições de nível superior. Paralelamente a esse movimento, cresce a demanda por profissionais que façam a intermediação entre surdos e ouvintes. Contudo, existem muitos desafios e barreiras no exercício da profissão. Destarte, o presente artigo objetiva refletir sobre a atuação dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais/Língua Portuguesa - TILSP no ensino superior na Universidade Federal do Maranhão – UFMA, de modo a conhecer como se deu o processo de profissionalização e sua atuação, assim como os devidos desafios que são encontrados no *lócus* de trabalho. Para tal, utilizou-se de uma metodologia de cunho exploratório, do tipo estudo de caso, de abordagem qualitativa. Por meio de entrevistas semiestruturadas foi possível compreender o cenário de atuação destes profissionais e alguns caminhos para atenuar os entraves identificados. Obteve-se que, mesmo com o aumento significativo das pessoas surdas nos espaços educacionais, resultando em crescente aumento das lutas para a profissionalização dos tradutores e intérpretes de Libras, ainda há muito para ser conquistado para que este profissional seja valorizado e reconhecido.

Palavras-chave: TILSP; Educação superior; Libras; Português; Formação.

¹ Graduanda em Licenciatura em Letras Libras pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, professora Tradutora e Intérprete de Libras na Secretaria Municipal de Educação - SEMED no município de Paço do Lumiar - MA. E-mail: marcia.sousa@ufersa.edu.br. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4550175380064992>.

² Orientadora deste Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, docente do curso de Licenciatura em Letras Libras da UFERSA - Campus Caraúbas, mestre em Ciências da Linguagem e licenciada e bacharel em Letras Libras. E-mail: jessica.leal@ufersa.edu.br. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9022703001795092>.

1 INTRODUÇÃO

Pensando na perspectiva da educação inclusiva, que garante por lei a inserção e permanência de alunos surdos nos espaços pedagógicos, torna-se necessário analisar criticamente o contexto educacional em que esses alunos estão inseridos. A lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação e expressão, garantindo que os surdos tivessem acesso à comunicação e ocupassem diversas esferas sociais. Este fato corroborou para a difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras por meio de cursos e de formação de Tradutores e Intérpretes de Libras/Língua Portuguesa -TILSP, bem como para inserção destes profissionais para mediar a comunicação entre surdos e ouvintes.

A regulamentação dessa profissão é estabelecida por um conjunto de legislações que visam a assegurar a inclusão das pessoas surdas e estabelecer diretrizes para a atuação profissional. Três marcos legais principais orientam essa prática: o Decreto nº 5.626/2005, a Lei nº 12.319/2010 e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). Essas legislações ampliam as concepções sobre a surdez, a Libras, a educação de surdos e sobre os profissionais TILSP, proporcionando mais visibilidade sobre o direito ao acesso à educação, comunicação e informação das pessoas surdas, além de destacar o papel imprescindível dos profissionais que atuam com esse público, que começa a conquistar diferentes espaços.

No curso de Licenciatura em Letras Libras e na experiência prática de tradução e interpretação, percebe-se os desafios de atuar na área nos diversos contextos sociais. A escolha do tema justifica-se pela necessidade de compreender as facetas que estão imbricadas na atuação dos TILSP e a relevância deste profissional no processo de inserção e permanência dos sujeitos surdos no sistema de ensino superior. Inicialmente, buscou-se impulsionar as reflexões e as discussões quanto às carências existentes no processo formativo desse profissional. Desta forma, torna-se interessante compreender como os TILSP adquirem a formação necessária para atuar no ensino superior, assegurando que os alunos surdos tenham acesso ao conhecimento.

Diante das considerações levantadas, formulou-se a seguinte problematização: como se desenvolve a formação do tradutor e intérprete de Libras que atua no ensino superior e quais seus principais desafios no exercício da profissão?

Nesse propósito, esta pesquisa analisou como ocorre a atuação dos profissionais pertencentes aos campi da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, localizada na cidade de São Luís, no estado do Maranhão. Para tal, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: identificar o processo de formação dos TILSP, na perspectiva de compreender o que foi concebido pela legislação e a prática; investigar a atuação dos TILSP no contexto de ensino superior e compreender as limitações e entraves presentes no fazer tradutor e interpretativo no ambiente acadêmico.

Devido às novas demandas deste campo profissional, considera-se importante a elaboração de um estudo que analise, por um lado, a formação dos TILSP, e, por outro lado, a atuação destes profissionais nos cursos superiores. Compreende-se que as pesquisas sobre a atuação dos TILSP no ensino superior federal trazem benefícios significativos tanto para os profissionais quanto para os estudantes e a sociedade como um todo. Ao abordar as limitações e entraves no fazer tradutor e interpretativo no ambiente acadêmico, as pesquisas oferecem soluções para melhorar as condições de trabalho dos TILSP, garantir o acesso equitativo à educação para os alunos surdos e promover uma sociedade mais inclusiva e democrática.

2 CENÁRIO CONSTITUTIVO DO PROFISSIONAL TILSP

De acordo com dados estatísticos do último censo demográfico brasileiro realizado em 2022, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há no Brasil um total de 19 milhões de brasileiros, 8,9% da população total, com 2 anos ou mais possuem algum tipo de deficiência. Desse total 2,3 milhões apresentam algum grau de surdez. Esses dados direcionam

para a necessidade de comunicação por meio da Libras e de profissionais especializados para atender tal demanda (IBGE, 2022).

A profissão de Tradutor e Intérprete de Língua de Libras/Língua Portuguesa (TILSP) tem evoluído significativamente ao longo dos últimos anos, tanto no Brasil quanto em âmbito global. Essa trajetória reflete avanços importantes nas áreas de acessibilidade e inclusão da comunidade surda em diversos contextos sociais, educacionais e profissionais. Nos últimos anos, vários estudos destacaram essa evolução, com ênfase na profissionalização, regulamentação e ampliação de espaços de atuação para esses profissionais (RODRIGUES, 2019).

No cenário global, a profissão de intérprete de língua de sinais começou a ganhar mais relevância a partir da segunda metade do século XX, com a expansão dos movimentos pelos direitos das pessoas com deficiência. A partir de 2017, estudos passaram a reconhecer o impacto das convenções internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU), que reforçaram a necessidade de intérpretes de língua de sinais em ambientes educacionais, jurídicos, médicos e culturais.

Autores como Napier e Leeson (2017) abordam o crescimento da demanda por intérpretes no contexto de novas tecnologias e da globalização, destacando os desafios que surgiram com o aumento da necessidade de interpretação remota e o uso de plataformas digitais. A pandemia de COVID-19, que transformou o mundo em um ambiente ainda mais digital, acelerou o desenvolvimento de soluções tecnológicas para a tradução de línguas de sinais, contribuindo para a expansão da profissão.

No Brasil, o papel do Tradutor intérprete de Libras e Língua Portuguesa começou a ganhar mais visibilidade com a promulgação da Lei nº 10.436 de 2002, que reconheceu oficialmente a Libras como meio legal de comunicação das comunidades surdas. No entanto, foi a Lei nº 12.319 de 2010 que regulamentou a profissão de tradutor e intérprete de Libras, estabelecendo critérios para a formação e atuação dos profissionais no país. De acordo com Rodrigues (2019), um marco importante foi a ampliação do papel do intérprete no ensino superior, que passou a ser fundamental para garantir a acessibilidade de alunos surdos em universidades públicas e privadas.

Ao longo desses anos, houve também um crescimento na oferta de cursos de formação e especialização para intérpretes de Libras, tanto em nível técnico quanto superior. Silva e Souza (2021) destacam que, embora a formação continuada ainda seja um desafio, o aumento de programas de qualificação profissional e a implementação de cursos de graduação em áreas relacionadas à Libras contribuíram para a consolidação da profissão no Brasil.

2.1 Panorama sobre a legislação e formação TILSP

A garantia do direito à educação para todos ainda é um grande desafio para a sociedade global. De acordo com a legislação, é essencial construir ambientes em que os discentes se sintam incluídos para desenvolver aprendizagens significativas, de forma a estimular suas potencialidades, tendo em vista que, no espaço educacional, ainda existem muitas práticas excludentes.

No Brasil, os direitos dos surdos são amparados por um conjunto de legislações que garantem acessibilidade e inclusão em diversos contextos, especialmente na educação e na comunicação. Essas leis também impactam diretamente a profissão de tradutor e intérprete de Libras, moldando seu papel e responsabilidade na sociedade.

Ao discutir a profissão e a formação do profissional dos TILSP, é importante considerar que, em nível nacional, a existência desse profissional é regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005, pela Lei nº 12.319/2010, e pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, é um dos principais marcos na regulamentação da atuação dos tradutores e intérpretes de Libras no Brasil. Este decreto

regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que reconheceu oficialmente a Libras como meio legal de comunicação e expressão das comunidades surdas brasileiras. O Decreto estabelece ainda, entre outros pontos, a obrigatoriedade da formação de tradutores e intérpretes de Libras, especialmente em instituições de ensino superior e técnico, e em cursos de formação específica (BRASIL, 2005).

Nascimento e Silva (2020) defendem que este decreto foi um divisor de águas para a consolidação da profissão de intérprete de Libras no Brasil, ao definir a formação necessária e ao incentivar a inclusão desses profissionais em diversos ambientes institucionais, com foco no acesso à educação. O decreto também regulamenta o uso de Libras como meio de instrução e o ensino da língua portuguesa como segunda língua para surdos.

A Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, é um marco importante para a regulamentação da profissão de tradutor e intérprete de Libras. Essa legislação define o exercício profissional, estabelecendo requisitos para a atuação e direitos desses profissionais. Segundo a lei, o tradutor e intérprete de Libras deve atuar em diferentes contextos, como nos sistemas educacional, jurídico, de saúde e em eventos sociais e culturais. Entre os critérios estabelecidos pela lei, destaca-se a exigência de qualificação adequada, seja por meio de cursos superiores, cursos técnicos ou de formação continuada, além da necessidade de respeitar a ética profissional e garantir a fiel transmissão das informações sem julgamentos ou interferências pessoais (BRASIL, 2005).

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146), sancionada em 2015, reforça a necessidade de garantir acessibilidade em todos os níveis sociais, o que inclui a presença de tradutores e intérpretes de Libras em instituições de ensino, eventos públicos e privados, e em repartições públicas. Esta lei reafirma a importância do intérprete de Libras como mediador da comunicação entre surdos e ouvintes, garantindo a acessibilidade comunicacional, que é um direito das pessoas surdas (BRASIL, 2015).

De acordo com Santos e Oliveira (2021), a Lei nº 13.146/2015 estabeleceu um marco no reconhecimento da acessibilidade comunicacional como parte dos direitos da pessoa com deficiência, o que reforçou a importância de inserir intérpretes de Libras em ambientes educacionais e institucionais. A legislação prevê que instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas, devem garantir a presença de intérpretes de Libras em todos os níveis de ensino, incluindo o ensino superior.

Além das leis federais, algumas legislações estaduais e municipais complementam a regulamentação da atuação dos tradutores e intérpretes de Libras. Diversos estados e municípios brasileiros têm aprovado leis e decretos que especificam a obrigatoriedade da presença de intérpretes de Libras em concursos públicos, eventos governamentais e na prestação de serviços públicos. Por exemplo, Carvalho e Moura (2022) destacam que o estado de São Paulo, através da Lei nº 12.907/2008, ampliou as diretrizes federais ao exigir que todos os órgãos públicos do estado disponibilizassem intérpretes de Libras. Essa legislação foi atualizada para atender ao que estipula a Lei Brasileira de Inclusão, e se alinha com o entendimento de que a presença de tradutores e intérpretes de Libras é essencial para a inclusão de pessoas surdas em todos os níveis sociais e educacionais (BRASIL, 2008).

Outro ponto importante relacionado à regulamentação é a exigência de formação adequada para os profissionais de tradução e interpretação de Libras. O Decreto nº 5.626/2005 exige que os intérpretes sejam devidamente formados por instituições reconhecidas, como universidades e centros de educação profissional. Ademais, cursos de pós-graduação e especialização têm sido oferecidos em diversas instituições de ensino superior (BRASIL, 2005).

No Maranhão, os dispositivos legais que regulamentam a formação e contratação dos TILSP são:

- Lei Estadual n.º 10.463, de 26 de junho de 2016 - Dispõe sobre a regulamentação dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais (Libras) no estado do Maranhão,

estabelecendo diretrizes para a formação e contratação desses profissionais nas instituições públicas de ensino (MARANHÃO, 2016).

- Decreto Estadual n.º 34.031, de 11 de dezembro de 2017 - Regulamenta a contratação de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais nas instituições públicas de ensino superior e técnico no Maranhão, com foco na formação continuada e valorização desses profissionais (MARANHÃO, 2017).

Embora a legislação seja robusta, a implementação dessas normas enfrenta desafios práticos, especialmente no que diz respeito à disponibilidade e capacitação dos tradutores e intérpretes de Libras. Em muitas regiões do Brasil, ainda há carência de profissionais capacitados para atuar em diferentes contextos, e a infraestrutura das instituições nem sempre está preparada para atender às necessidades desses profissionais. A pesquisa de Lima e Costa (2019) demonstra que o aumento na oferta de cursos de formação para tradutores e intérpretes de Libras, em conformidade com as diretrizes do Decreto nº 5.626/2005, tem contribuído para a profissionalização e qualificação desses trabalhadores. No entanto, ainda há lacunas no que diz respeito à formação continuada e à criação de currículos que contemplem as especificidades das diversas áreas de atuação, como educação, saúde e ambiente jurídico.

Ferreira (2023a) aponta que, apesar dos avanços trazidos pela legislação, a falta de investimentos públicos e a escassez de programas de formação continuada para intérpretes de Libras em muitas regiões do Brasil dificultam a implementação efetiva das leis. Em contribuição, Pereira e Almeida (2020) destacam que a integração dos intérpretes no ambiente escolar e acadêmico ainda enfrenta resistências culturais e institucionais, o que limita o alcance das políticas de inclusão. As pesquisas recentes apontam para a necessidade de maior investimento em capacitação e sensibilização social para que os direitos assegurados pela legislação sejam plenamente cumpridos.

Para Faria e Galán-Mañas (2018), a introdução de cursos superiores para formação de tradutores e intérpretes de Libras no Brasil ocorreu principalmente como resultado das políticas públicas de promoção de ações afirmativas em vigor no país. Isso se deu por meio do Decreto nº 7.612, de 2011, que implementou o Programa Viver Sem Limites. Esse programa destinou recursos para instituições federais de ensino superior com o objetivo de contratar novos professores e investir em recursos como material de consumo e infraestrutura (incluindo laboratórios, equipamentos e construção de novas instalações físicas). Essas medidas tinham como propósito estabelecer cursos de formação de professores de Libras, tradutores e intérpretes, bem como pedagogos bilíngues para a educação de surdos.

Antes do surgimento desses cursos de graduação, a formação de tradutores e intérpretes de Libras geralmente ocorria em cursos livres, programas de nível médio ou cursos de capacitação profissional, como os cursos livres oferecidos por Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS), espalhados por diferentes estados brasileiros, além de cursos de especialização (FARIA; GALÁN-MAÑAS, 2018).

A formação de TILSP envolve um processo educacional rigoroso e especializado. No Brasil, a oferta de cursos de graduação em Tradução e Interpretação de Libras tem crescido significativamente, permitindo a possibilidade de que se capacitem adequadamente. Esses cursos oferecem uma base sólida na compreensão da Libras e da Língua Portuguesa, bem como nas habilidades de tradução e interpretação. Ademais, os futuros TILSP também são treinados em ética profissional e em lidar com situações delicadas que podem surgir em seu trabalho, garantindo que sua atuação seja sensível às necessidades e aos direitos dos surdos.

Dado que essa área de formação é relativamente recente no Brasil, é compreensível que a discussão sobre o ensino superior para tradutores e intérpretes de Libras também seja recente, refletindo-se na escassez de artigos publicados sobre o assunto (FARIA; GALÁN-MAÑAS,

2018). Haja vista, pela linha do caráter da profissão e pela compreensão de que - fazendo uma comparação - a formação de professores tem mais tempo de discussão teórica, a formação do tradutor intérprete de Libras está em processo, pois ainda busca-se refletir sobre a formação desse profissional.

2.2 Atuação dos TILSP no ensino superior: da teoria à prática

Nos últimos anos, houve um aumento considerável na oferta de cursos de graduação em Tradução e Interpretação de Libras em instituições de ensino superior de todo o Brasil. Esses cursos proporcionam uma formação acadêmica sólida e abrangente para os futuros TILSP, com ênfase na aquisição de habilidades linguísticas em Libras e na Língua Portuguesa, bem como na prática de tradução e interpretação. Além dos cursos de graduação, muitos TILSP buscam aprimorar suas habilidades e conhecimentos por meio de programas de educação continuada, como cursos de especialização, workshops e treinamentos específicos em áreas como interpretação em contextos médicos ou jurídicos.

Estudos recentes, como o de Silva e Souza (2021), destacam que, para atuar no ensino superior, é necessário que o intérprete possua não apenas domínio da Libras, mas também uma compreensão aprofundada dos conteúdos acadêmicos e da terminologia específica de diferentes áreas de conhecimento, como direito, engenharia e medicina. Na perspectiva de Carvalho (2021), o intérprete deve ser capaz de traduzir conceitos complexos, o que exige uma formação robusta que inclua não apenas a língua de sinais, mas também habilidades cognitivas e culturais para mediar a comunicação em ambientes acadêmicos.

A formação básica para tradutores e intérpretes de Libras no Brasil é frequentemente considerada insuficiente para lidar com as demandas complexas do ensino superior, pois cada área do conhecimento possui um conjunto específico de termos e léxicos. Muitos desses termos não têm uma tradução direta para a Libras, o que exige que o intérprete busque referentes na língua alvo, em alguns casos, criar novas terminologias em conjunto com a comunidade surda. Lima e Costa (2019) aponta que muitos desses profissionais enfrentam dificuldades para traduzir terminologias especializadas devido à falta de um vocabulário técnico unificado na Libras, bem como restrito número de acervo amplamente divulgado. A criação de sinais específicos para áreas como saúde, direito e engenharia muitas vezes requer a colaboração entre intérpretes e especialistas, tornando a capacitação continuada um requisito fundamental para a qualidade da interpretação.

O estudo de Souza (2022) também enfatiza a importância de programas de formação continuada e especialização voltados para o ensino superior. Segundo a autora, cursos de atualização e especializações em áreas acadêmicas específicas podem melhorar a atuação dos intérpretes e garantir uma maior precisão na tradução de termos técnicos. A formação continuada também envolve o desenvolvimento de habilidades interpessoais, uma vez que o intérprete precisa ser capaz de adaptar a tradução/interpretação conforme o contexto e as necessidades específicas dos alunos surdos.

Entre os principais desafios para a formação de tradutores e intérpretes de Libras no ensino superior estão a falta de padronização terminológica em áreas específicas e a escassez de cursos especializados voltados para a preparação desses profissionais. Pereira e Almeida (2020) adverte que o aumento da demanda por intérpretes qualificados em universidades brasileiras tem gerado uma sobrecarga de trabalho, principalmente em instituições que possuem poucos profissionais habilitados para atender à diversidade de disciplinas e cursos. Esse fator pode comprometer a qualidade do serviço prestado, além de gerar esgotamento físico e mental nos profissionais.

Silva e Oliveira (2020) destacam que, em algumas instituições, os TILSP ainda enfrentam preconceito e desvalorização, tanto por parte dos alunos quanto dos docentes. A falta de reconhecimento da importância de seu papel no processo educativo também pode resultar

em remuneração inadequada. De acordo com os autores, muitos alunos e professores não entendem completamente a importância do trabalho dos TILSP, vendo-os apenas como “tradutores” e não como facilitadores de inclusão e comunicação. A falta de consciência sobre a importância da acessibilidade e a função dos intérpretes na educação gera uma visão limitada e errada do que esses profissionais oferecem ao ambiente escolar. Uma das razões principais para essa realidade é que ainda persiste o estigma em torno da língua de sinais e da surdez, o que pode levar a preconceitos contra o próprio trabalho do TILSP. Em alguns casos, essa ignorância faz com que a comunicação com estudantes surdos seja vista como um “favor” e não uma necessidade educacional essencial, minando a importância dos intérpretes. Em congruência, muitas instituições não possuem políticas claras de valorização para os TILSP, o que se reflete na falta de planos de carreira e de salário adequado. Essa desvalorização contribui para que outros profissionais e estudantes os vejam como trabalhadores de “suporte” e não como especialistas necessários para promover a inclusão e a equidade no ensino (SILVA; OLIVEIRA, 2020).

Acredita-se que, para garantir uma interpretação eficaz, é necessário que os intérpretes trabalhem em conjunto com os professores e alunos. No entanto, muitas vezes, falta comunicação e preparação prévia entre o intérprete e o professor, o que dificulta a tradução de conteúdos complexos ou apresentações que usam muitos recursos visuais.

Além das questões de interpretação em sala de aula, o ambiente acadêmico como um todo pode não ser acessível para estudantes surdos, o que cria obstáculos para a participação completa desses alunos nas atividades educacionais, dificultando o trabalho dos intérpretes. A ausência de material didático adaptado, como vídeos legendados ou conteúdos em Libras, pode tornar o trabalho dos intérpretes mais desafiador, já que muitas vezes precisam traduzir o material em tempo real, sem o suporte de recursos complementares acessíveis aos alunos surdos (NASCIMENTO, 2019).

Ademais, o avanço das tecnologias e o ensino remoto emergiram como novos desafios para os intérpretes de Libras. Souza e Santos (2023) acrescentam que a pandemia de COVID-19 acelerou a necessidade de intérpretes atuarem em plataformas digitais, o que exige um conhecimento técnico adicional sobre ferramentas de videoconferência e interpretação remota. A falta de infraestrutura adequada em algumas instituições de ensino também compromete a atuação desses profissionais, criando barreiras à inclusão.

Nascimento (2019) identificou que, apesar da existência de cursos de formação, a capacitação continuada é rara, o que dificulta a atuação no ensino superior. Ferreira (2023b) conduziu uma pesquisa qualitativa que evidenciou a dificuldade dos intérpretes em acompanhar aulas de disciplinas com linguagem altamente técnica, em especial nas ciências exatas e da saúde, pela falta de sinais padronizados. As entrevistas realizadas por Carvalho (2021) com tradutores e intérpretes de Libras mostraram que a carga horária extensa e a falta de divisão do trabalho em turnos são fatores que geram desgaste físico e mental. Esse cenário é agravado pela escassez de profissionais em algumas universidades, o que sobrecarrega os intérpretes.

As práticas de tradução e interpretação no ensino superior vêm sendo adaptadas consoante as necessidades dos estudantes surdos e as demandas das universidades. A pesquisa de Moura e Santos (2022) mostrou que a divisão de turmas entre intérpretes de Libras é uma estratégia eficaz para melhorar a qualidade da tradução e reduzir o estresse dos profissionais. No entanto, muitos intérpretes ainda enfrentam dificuldades em colaborar com os professores, que muitas vezes desconhecem o trabalho dos intérpretes, como discutido por Pereira e Almeida (2020).

Lima e Costa (2021) conduziram uma pesquisa qualitativa que explorou as dificuldades de adaptação ao ambiente virtual, como problemas de sincronização e a necessidade de equipamentos adequados. Os resultados apontam que, embora o ensino remoto tenha representado um desafio significativo, também proporcionou oportunidades para o

desenvolvimento de novas práticas, como o uso de ferramentas digitais que melhoram a acessibilidade.

A relação entre intérpretes e estudantes surdos no ensino superior foi investigada por Souza e Almeida (2021), que concluíram que a interação direta entre intérprete e aluno é fundamental para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem. A pesquisa sugere que essa relação deve ser reforçada com práticas de comunicação efetiva para garantir a compreensão total dos conteúdos transmitidos.

Uma vez entendidas as questões que geram dificuldade na tarefa de interpretação, é possível buscar estratégias para serem incluídas na formação dos futuros profissionais TILPs (LEAL, 2020). Nessa perspectiva, torna-se indispensável refletir sobre a importância da formação de TILSP com enfoque na prática e lapidação destes profissionais.

3 METODOLOGIA: OS CAMINHOS ENTRE A FONTE E O ALVO

3.1 Tipo de pesquisa

A presente pesquisa assume caráter exploratório, na medida em que buscou proporcionar familiaridade com o campo de estudo. Constitui a primeira etapa de um estudo mais amplo, e é muito utilizada em pesquisas cujo tema foi pouco explorado, podendo ser aplicada em estudos iniciais para se obter uma visão geral acerca de determinados fatos (CRESWELL; POTH, 2020).

A abordagem da pesquisa é qualitativa, pois pretendeu-se compreender e interpretar os dados gerados no campo de estudo. A pesquisa qualitativa se caracteriza por sua abordagem interpretativa e subjetiva, centrando-se na compreensão dos significados atribuídos pelos indivíduos às suas experiências e ao contexto social em que estão inseridos. Diferentemente da pesquisa quantitativa, que foca em mensurações numéricas, a qualitativa busca explorar a profundidade e a complexidade dos fenômenos sociais (FLICK, 2021). Além disso, ela privilegia métodos como entrevistas abertas, observação participante e análise de conteúdo, permitindo ao pesquisador captar nuances e variabilidades de comportamento e pensamento (CRESWELL; POTH, 2020).

Quanto aos procedimentos técnicos, adotou-se a pesquisa bibliográfica e estudo de caso. A pesquisa bibliográfica é um tipo de estudo que busca reunir, organizar e analisar informações obtidas em fontes já publicadas sobre determinado tema. Esse método permite ao pesquisador conhecer as contribuições de outros autores sobre o assunto, identificar lacunas no conhecimento e estabelecer uma base teórica sólida para seu trabalho (BARROS, 2021). Já o estudo de caso, no entendimento de Oliveira (2022), é uma ferramenta valiosa para pesquisadores que desejam explorar aspectos específicos de uma realidade, permitindo uma análise rica e detalhada, especialmente quando se deseja compreender as interações e dinâmicas de um fenômeno em seu ambiente natural.

A abordagem abrangeu o processo de formação dos TILSP, na perspectiva de compreender o que foi concebido pela legislação e a prática, investigando a atuação dos TILSP no contexto de ensino superior, bem como compreender as limitações do processo formativo e entraves presentes no fazer tradutório e interpretativo.

3.2 Procedimentos

O desenvolvimento desta pesquisa utilizou-se os seguintes passos metodológicos:

- a) Estudo bibliográfico: leitura e seleção de textos que compõem o aporte teórico;
- b) Entrevista: foram realizadas entrevistas via *Google Meet*;
- c) Análise dos dados: sistematização e análise dos dados obtidos.

Para a elaboração do roteiro de entrevista, foram considerados alguns pontos centrais que nortearam a elaboração das perguntas e foram selecionadas algumas variáveis consideradas mais importantes para elucidar as questões que se mostravam necessárias para um entendimento mais profundo do objeto de pesquisa. O roteiro da entrevista semiestruturada consistiu em perguntas que buscavam caracterizar os profissionais que participaram da pesquisa, sua atuação e os desafios que permeiam a sua atividade.

A análise das entrevistas constitui-se como etapa essencial para contextualizar, aprofundar e complementar os dados obtidos. Este recurso é fundamental para revelar e refletir sobre novos aspectos sobre as questões investigadas, inferindo e interpretando informações importantes contidas nas respostas dos entrevistados. Para tal, escolheu-se a técnica de análise temática, que faz parte da Análise de Conteúdo.

A análise de conteúdo, segundo Bardin (2016), é uma técnica metodológica voltada para a interpretação de dados qualitativos, a partir da organização e categorização sistemática dos conteúdos obtidos. A análise temática, um dos métodos dessa técnica, se refere à busca por núcleos de sentido presentes no material, os quais serão classificados em temas. O processo de análise temática envolve três etapas principais:

1. Pré-análise, na qual se faz a leitura flutuante e a seleção dos documentos a serem analisados, definindo hipóteses e objetivos;
2. Exploração do material, com a codificação dos dados e a categorização temática, em que as unidades de registro (palavras, expressões) são agrupadas em torno de temas relevantes;
3. Tratamento dos resultados e interpretação, momento em que os dados são analisados à luz dos objetivos do estudo, buscando dar sentido aos temas identificados.

Essa abordagem visa a organizar e simplificar o conteúdo para descobrir significados implícitos nos discursos, sendo amplamente utilizada nas ciências sociais e humanas. Nesta pesquisa, foram definidas categorias de acordo com os objetivos da pesquisa, conforme seguem detalhadas na próxima seção.

4 O IDEALIZADO E A REALIDADE NA ATUAÇÃO DOS TILSP

Os participantes do estudo fazem parte do quadro de funcionários da UFMA, sendo que, dentre esses profissionais, um é concursado e os demais são contratados por terceirizada³. A pesquisa foi realizada na Universidade Federal do Maranhão – Cidade Dom Delgado, situada na Av. dos Portugueses, 1966 – Bacanga, CEP: 65080-805, em São Luís – Maranhão.

4.1 Descrição do contexto de pesquisa

Estabelecida em 1966, a UFMA tem suas raízes na antiga Faculdade de Filosofia de São Luís do Maranhão, fundada em 1953, por iniciativa da Academia Maranhense de Letras, da Arquidiocese de São Luís e da Fundação Paulo Ramos. Hoje, a UFMA conta com 9 campus (São Luís, Bacabal, Codó, Pinheiro, São Bernardo, Chapadinha, Grajaú, Imperatriz e Balsas). O campus Dom Delgado, localizado no bairro do Bacanga, em São Luís, abriga quatro centros: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS; Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas – CCET; Centro de Ciências Humanas – CCH; e Centro de Ciências Sociais – CCSO (UFMA, 2018).

Os estudantes surdos desses cursos recebem apoio do Núcleo de Acessibilidade (NUACE), criado a partir do Programa Incluir, e posteriormente passou a ser chamado de

³ A Associação de Surdos do Maranhão - ASMA firmou contrato com a UFMA para prestação de Serviços de Tradução-Interpretação da Libras, para atender as necessidades da Diretoria de Acessibilidade. Neste contrato, a associação disponibiliza TILSP para atender aos surdos matriculados na instituição.

Diretoria de Acessibilidades - DACES. Esse programa visa a promover a criação e fortalecimento de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de ensino, os quais são responsáveis pela implementação de ações institucionais que assegurem a inclusão de pessoas com deficiência na vida acadêmica, eliminando barreiras atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação (BRASIL, 2018).

A DACES é coordenada pela professora doutora Maria Nilza Quixaba, sendo um espaço fundamental para garantir que alunos com necessidades especiais, incluindo os surdos, tenham condições iguais de acesso, permanência e conclusão dos cursos.

Na UFMA, a contratação de TILSP teve início em situação emergencial, sob a justificativa legal e inclusiva para atender o primeiro aluno surdo aprovado no curso de Contabilidade, em 2008. O direito linguístico foi assegurado, mas de forma limitada. Em outras palavras, o cargo oferecido era de nível D, sem exigência de formação superior, e, por ser uma contratação emergencial, não havia garantias de continuidade do vínculo. O reconhecimento da Libras e a garantia dos direitos dos surdos não resultaram na valorização do profissional TILSP, uma vez que, mesmo com a vigência do Decreto nº 5.626/2005, que orienta para uma formação específica, a contratação não considerou as características do ambiente, as atividades a serem desempenhadas e outras particularidades inerentes ao ensino superior, impactando na remuneração (SILVA, 2022).

O primeiro concurso público federal para TILSP no Maranhão ocorreu em 2009, na UFMA. A instituição seguiu a tendência nacional, abrindo concurso para nível médio, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração aquém das demandas. Diferente da realidade estadual, esse profissional foi incluído no quadro de técnicos-administrativos, com a denominação Tradutor Intérprete de Linguagem de Sinais, tal como estabelecido no regime de contrato inicial. O fato é que não houve coerência entre o nível de formação e o ambiente de atuação. Vale destacar que o TILSP atua em sala de aula e responde a outras demandas no ensino superior. Diante do aumento da demanda por profissionais TILSP, foi realizado o segundo concurso, em 2013. De acordo com o Edital PRH nº 1/2013, foram oferecidos dois cargos com formações e remunerações diferentes: Tradutor Intérprete de Linguagem de Sinais, cargo de nível D (ensino médio), e Tradutor Intérprete, cargo de nível E (ensino superior). No que diz respeito às atribuições, o cargo de nível E apresentava descrições mais detalhadas, embora, na prática, as funções desempenhadas por ambos os cargos sejam equivalentes (SILVA, 2022).

A distinção entre os cargos trouxe à tona problemas relacionados ao âmbito econômico (diferenças salariais para funções idênticas) e à natureza da função, considerando que a criação de um cargo de nível superior implica o reconhecimento (ainda que de forma implícita) da complexidade de uma atividade para a qual a formação de nível médio é insuficiente. Portanto, pensar a legislação em confronto com a realidade torna-se um desafio para a efetivação das políticas instituídas.

No Edital PRH nº 1/2013, o cargo de nível E posicionou o TILSP na área linguística (com formação em Letras), além de destacar questões relacionadas aos aspectos culturais dos envolvidos e situar a função no tripé que sustenta a universidade: ensino, pesquisa e extensão. Cabe ressaltar que o cargo não foi criado exclusivamente para tradutores e intérpretes de Libras, mas se trata de uma posição de Tradutor Intérprete, aplicável a outros pares linguísticos. Atualmente, na UFMA, além dos concursados, há os seletivados (por meio de editais da própria universidade) e os contratados através de parceria com a Associação de Surdos do Maranhão (ASMA).

Apesar dos desafios, é importante reconhecer os progressos em relação ao número de profissionais e à possibilidade de organizar as demandas, ampliando os atendimentos. O quantitativo de TILSP na UFMA aumentou, com boa parte lotada na DACES. O curso de Letras/Libras conta com duas profissionais vinculadas diretamente ao setor, sendo que uma está

afastada para estudos e a outra foi realocada para outra função por motivos de saúde. Portanto, desde 2021, as demandas do curso estão sendo atendidas em parceria com a DACES (SILVA, 2022).

No Projeto Político Pedagógico, prevê-se a inclusão de quatro intérpretes no quadro de servidores. Dessa forma, o curso de Letras/Libras foi adequadamente planejado, mas no que tange aos TILSP, é necessário avançar, considerando as possibilidades de atuação e o desenvolvimento profissional. Segundo o referido documento, a partir de 2015 não haveria previsão de convocação de mais intérpretes (BRASIL, 2014). No entanto, até 2021, havia quatro alunos e um professor surdos, além de reuniões departamentais, eventos, orientações monográficas, estudos em disciplinas com maior dificuldade de interpretação e a necessidade de atuação em pesquisa e extensão. A realidade da DACES segue nessa linha, porém de forma mais abrangente, atendendo um número maior de cursos, além de outras solicitações institucionais. Com tantas demandas, é urgente aumentar o número de profissionais, inclusive de maneira efetiva (concursos públicos), garantindo estabilidade nos atendimentos, já que os seletivados e contratados possuem prazos determinados.

Para compreender o processo de formação e os desafios presentes na atuação dos TILSP no ensino superior, inicialmente buscou-se traçar um perfil dos participantes.

4.2 Categoria perfil profissional

No Quadro 1, apresenta-se o perfil dos profissionais TILSP entrevistados, que faz parte da categoria Perfil Profissional, com objetivo de caracterizar os participantes da pesquisa, que foram denominados de TILSP1, TILSP2 e TILSP3, na intenção de preservar suas identidades e obedecer a codificação necessária para a análise dos dados.

Quadro 1 - Perfil dos profissionais TILSP

Cód.	Idade	Formação	Tempo de atuação	Níveis de escolaridade em que atuou
TILSP 1	46	<i>Sou formada em Serviço Social, mas não atuo na área e nem tenho vontade de atuar. Tenho pós em Libras e estou fazendo Letras. Estou ainda cursando, não conclui ainda.</i>	<i>Eu tenho 6 meses (risos/nervosismo).</i>	<i>Somente no nível superior, agora – minha primeira experiência. Eu também tenho Braille, tenho curso de Braille e trabalho à tarde com cegos.</i>
TILSP 2	24	<i>Sou formada em Direito... Eu tenho o curso de Libras avançado pelo CAS.</i>	<i>São três anos de experiência, mas dentro do âmbito religioso, e no nível superior é menos de 1 ano.</i>	<i>Não atuei em escola nem nada, fui direto pro superior.</i>
TILSP 3	29	<i>Sou formado em Direito e também sou formado em Licenciatura em Formação Pedagógica, que eles chamam de disciplinas do ensino fundamental – anos finais (6º ao 9º ano), educação profissional e ensino médio. Habilitação em Sociologia e Filosofia e também sou Licenciado em Letras Libras – Licenciatura. Tenho especialização em Libras, especialização em docência do ensino Superior e especialização em direito Constitucional e também sou mestrando em Letras.</i>	<i>Como tradutor e intérprete de Libras são 10 anos no contexto acadêmico e contexto religioso. Desde 2013 eu atuo como tradutor e intérprete de Libras.</i>	<i>Eu já atuei na Educação Básica – só anos finais e ensino superior – na graduação só.</i>

Fonte: Autoria própria (2024).

Essas informações revelam aspectos muito significativos sobre o perfil dos TILSP entrevistados. Inicialmente, pode-se destacar o tempo de atuação no nível superior exercido pelos profissionais, que corresponde a 6 meses e até 10 anos, o que representa uma considerável discrepância em relação à experiência profissional entre os entrevistados. O pouco tempo de experiência apresentado por algumas entrevistadas sugere maior insegurança no exercício profissional.

A pouca experiência profissional entre Tradutores e Intérpretes de Libras tem sido apontada como um fator limitante para o desempenho eficiente das suas atividades. Costa e Oliveira (2021) pontuam que intérpretes novatos tendem a enfrentar mais dificuldades em acompanhar a fluidez do discurso e adaptar a linguagem de acordo com o contexto, especialmente em ambientes formais, como o acadêmico e o jurídico. A pesquisa destacou que a falta de vivência prática leva a uma tradução mais literal e menos contextualizada, o que pode comprometer a compreensão por parte dos usuários da Libras.

Para mais, Alves e Souza (2020) observaram que a ausência de experiência é um dos principais fatores que contribuem para o aumento do estresse ocupacional entre intérpretes. O estudo mostrou que os profissionais com menos tempo de atuação frequentemente se sentem inseguros em situações complexas, o que afeta negativamente sua autoconfiança e, consequentemente, o desempenho durante a interpretação. Outro estudo relevante é o de Mendes et al. (2022), que investigou a correlação entre a experiência profissional e a qualidade das interpretações em ambientes técnicos, como seminários científicos. A pesquisa revelou que intérpretes com mais anos de prática demonstram maior capacidade de lidar com terminologias específicas e improvisar soluções linguísticas adequadas, o que resulta em uma interpretação mais precisa e eficiente.

Tratando-se especificamente da dificuldade comum entre os 3 TILSP sobre a adaptação aos diversificados códigos linguísticos das disciplinas dos cursos, verificou-se que 1 deles tem 10 anos de experiência e uma boa qualificação, portanto, acredita-se que este seja um problema que independe do tempo de experiência e tem maior relação com a falta de uma estrutura educacional adaptada às necessidades dos profissionais TILSP.

4.3 Categoria Formação continuada

Na categoria Formação Continuada, buscou-se apurar se a UFMA oferece curso de formação continuada e a percepção dos TILSP entrevistados sobre a necessidade de curso de formação continuada. Os resultados seguem expostos no Quadro 2 e 3.

Quadro 2- Percepção sobre a UFMA oferecer curso de formação continuada

TILSP1	<i>Se oferece, eu não tenho conhecimento.</i>
TILSP2	<i>Não que eu saiba.</i>
TILSP3	<i>Existem algumas formações que são oferecidas, mas no período de férias. Alguns treinamentos, workshops no período de férias acadêmica.</i>

Fonte: Autoria própria (2024).

Observa-se que os profissionais com menor tempo de experiência desconhecem a oferta de cursos de formação continuada na instituição, o que pode ser um reflexo da falta de divulgação suficiente destes cursos por parte da instituição ou apenas não tomaram conhecimento devido ao pouco tempo de atuação na UFMA.

Pesquisas recentes apontam que a falta de cursos de formação continuada para Tradutores e Intérpretes de Libras nas instituições de ensino superior federais no Brasil é um desafio significativo para a garantia da qualidade do trabalho desses profissionais. Lima e Souza (2022) asseveram que a formação continuada é essencial para acompanhar as atualizações na

língua de sinais e nas tecnologias assistivas, bem como para lidar com as complexidades terminológicas em áreas como ciências exatas e da saúde. Além disso, Martins e Silva (2021) destacam que, apesar da importância dos intérpretes para a inclusão de alunos surdos no ensino superior, as universidades federais carecem de políticas públicas eficazes para oferecer capacitações periódicas. A ausência de um currículo padronizado e a desarticulação entre as instituições agravam o problema, dificultando a especialização em áreas técnicas e acadêmicas de alta complexidade.

Por fim, Santos e Oliveira (2020) defendem que os programas de capacitação são fundamentais para a atualização constante dos profissionais, permitindo que eles lidem com as variações regionais da Libras e com a diversidade de contextos educacionais. A carência de tais programas resulta na desvalorização da profissão e na precarização das condições de trabalho dos intérpretes.

Quadro 3- Percepção sobre sentir necessidade de curso de formação continuada

TILSP1	<i>Sim. De tradução e interpretação... Acho que seria bacana eu fazer o curso. Se a UFMA oferecesse, eu iria gostar de fazer.</i>
TILSP2	<i>Eu sinto sim a necessidade... Seria sim de um curso que pudesse colocar a gente mais... Eu sinto que a gente poderia ter um cursos e oficinas de alguma forma que pudesse nos colocar mais, nos inserir mais dentro dos contextos dos cursos que a gente atende, para a gente ter uma visão mais ampla e também conhecer melhor os sinais dessas áreas para poder usar – acho que seria o curso ideal. Mas eu faço o curso de formação agora, formação continuada, então eu sinto que também seria um curso bom. Que é o que eu estou fazendo, e por isso eu estou fazendo, porque eu senti que é uma necessidade.</i>
TILSP3	<i>Olha, uma vez tinha um curso que sugerimos até pela questão de Libras tátil, mas para conhecimento, também... Eu acho que cursos específicos de formação voltados para as terminologias que são específicas né, a questão de glossários também e as estratégias mesmo também, até mesmo as estratégias de atuação nesse contexto quando eu não tenho muito aprofundamento das terminologias.</i>

Fonte: Autoria própria (2024).

Os três entrevistados possuem formação em nível superior e cursos de extensão em Libras, fato que os habilita a trabalhar no contexto acadêmico. Entretanto, torna-se importante lembrar que as respectivas formações não as prepararam para lidar com a diversidade e as especificidades de cada curso em que se encontram os discentes surdos.

Um fator que se considera positivo é que dois dos três TILSP buscaram realizar cursos de especialização, com o intuito de melhorar a própria atuação com os discentes surdos. Acredita-se que tal investimento possibilite a elaboração e execução de estratégias que favoreçam a atuação profissional.

O interesse crescente em se qualificar como intérprete, particularmente no contexto educacional, pode ser atribuído a diversos fatores fundamentais. Conforme aponta Santos (2018), a atuação do intérprete vai além da simples transmissão de informações entre diferentes línguas, exigindo uma vasta “bagagem” cultural e conhecimento de mundo que proporcionam uma performance de excelência. Esse conjunto de saberes e experiências culturais é imprescindível para que o intérprete não apenas traduza palavras, mas também compreenda e contextualize as mensagens transmitidas.

A qualificação profissional dos intérpretes demanda o desenvolvimento contínuo de competências linguísticas. Neste sentido, o conhecimento gramatical profundo das línguas de trabalho é um aspecto central, visto que a tradução precisa e eficaz depende da habilidade de dominar as estruturas gramaticais, fonéticas e semânticas das línguas. Essa capacidade técnica é essencial para assegurar que as ideias sejam transmitidas com precisão, sem distorções ou perda de sentido. De acordo com Gile (2009), a competência linguística inclui não só a

compreensão de regras formais, mas também o conhecimento pragmático, ou seja, a capacidade de ajustar a linguagem às nuances contextuais e culturais.

As técnicas e procedimentos de interpretação são componentes-chave no desenvolvimento profissional. Conforme Pöchhacker (2016), o intérprete precisa estar familiarizado com diferentes métodos de interpretação, como a simultânea e consecutiva, além de dominar as ferramentas tecnológicas que facilitam o processo interpretativo. Essa formação técnica torna-se cada vez mais necessária diante do avanço das novas tecnologias de comunicação e da globalização, que ampliam o escopo e a complexidade das situações de interpretação.

Um aspecto distintivo da atuação do intérprete no contexto educacional é a necessidade de domínio de saberes pedagógicos e didáticos. Conforme observado por Santos (2018), interpretar em ambientes educacionais requer um entendimento profundo de legislações educacionais, teorias de aprendizagem e tendências pedagógicas. A complexidade do ambiente escolar ou acadêmico demanda que o intérprete não apenas compreenda o conteúdo transmitido, mas também seja capaz de se adequar às dinâmicas pedagógicas e ao processo de ensino-aprendizagem.

O intérprete que atua em instituições de ensino deve ser capaz de compreender as políticas educacionais em vigor e alinhar-se a elas para proporcionar um ambiente inclusivo e acessível. Essa responsabilidade exige uma formação constante e um olhar atento às mudanças no cenário educacional. Segundo Russo (2020), as políticas de inclusão, como as voltadas para a educação de surdos e pessoas com deficiência, impõem novos desafios e responsabilidades ao intérprete, que deve estar preparado para lidar com as particularidades desses contextos e garantir uma comunicação efetiva e acessível a todos os estudantes.

Em suma, o processo de qualificação do intérprete no contexto educacional passa por múltiplas dimensões, que vão desde o desenvolvimento de competências linguísticas até o domínio de saberes pedagógicos e o conhecimento das políticas educacionais. O aprimoramento contínuo dessas habilidades é crucial para que o intérprete desempenhe seu papel com excelência e contribua para um ambiente educacional inclusivo e eficiente.

Dentre as respostas dos entrevistados, destacam-se alguns aspectos que foram identificados e que fazem emergir das práticas cotidianas com alunos surdos. Acredita-se que os TILSP entrevistados neste estudo, mesmo em meio às dificuldades, incertezas e angústias, aceitaram o desafio de intermediar a comunicação com os alunos surdos.

4.4 Categoria desafios profissionais

Na categoria Desafios profissionais, inicialmente buscou-se apurar se os TILSP sentem alguma dificuldade no desenvolvimento do seu trabalho. Os resultados encontram-se dispostos no Quadro 4.

Quadro 4- Percepção sobre sentir dificuldades na atuação profissional

TILSP1	<i>Sim. Primeiro que é a primeira vez que estou atuando, né?!E logo que é na universidade. Então tem muitos sinais que são específicos do curso que eu ainda não sei, que eu tenho que me preparar e toda vez pensar, pesquisar... e é muito ruim você não ter logo acesso ao assunto e ter que tentar se desdobrar na hora de tentar passar pro surdo. Ai eu sinto essa dificuldade.</i>
TILSP2	<i>A dificuldade que eu sinto é em relação as temáticas, porque são áreas muito específicas de conhecimento que eu não tenho, considerando que são cursos superiores. Então eu não tenho nenhum conhecimento sobre aquelas áreas – na maioria das vezes. É tudo muito novo e a minha dificuldade de ter que entender aquele conteúdo e ainda ter um vocabulário, digamos dos sinais que servisse pra aquilo.</i>

TILSP3	<i>A dificuldade que eu sinto é mais em relação as terminologias que existem na área, como são áreas bem específicas, como área da saúde, área de exatas, né?!... Eu sinto bastante dificuldade nessas terminologias. Que não é muito minha área de formação e também não conheço os sinais específicos dessas áreas.</i>
--------	---

Fonte: Autoria própria (2024).

Verifica-se que os TILSP possuem uma dificuldade em comum, que é adequar a tradução e interpretação de acordo com as diferentes disciplinas dos cursos que fogem ao seu domínio. Pesquisas recentes indicam que a falta de padronização de sinais para terminologias técnicas é um dos principais desafios para tradutores e intérpretes de Libras no ambiente acadêmico. Almeida e Santos (2022) conduziram um estudo que explorou as barreiras encontradas em cursos de ciências da saúde, em que a carência de sinais específicos obriga os intérpretes a utilizarem estratégias de adaptação que comprometem a fluidez e compreensão dos conteúdos pelos alunos surdos.

De maneira semelhante, um estudo de Silva et al. (2021) destacou a dificuldade enfrentada por intérpretes em áreas de exatas, sugerindo a criação de glossários técnicos colaborativos como uma solução para minimizar a falta de sinais formalizados nessas disciplinas.

Machado (2020) aponta que a ausência de uma base de sinais padronizada para disciplinas técnicas pode resultar em interpretações divergentes entre intérpretes, comprometendo a uniformidade na transmissão da informação. Esse problema se torna ainda mais grave em áreas como engenharia e medicina, em que a precisão terminológica é essencial para o entendimento dos conceitos.

Em seguida, buscou-se apurar se, na UFMA, existem planos de carreira alinhados com a formação dos TILSP e se os salários condizem com a formação e atuação profissional. Os resultados estão expostos nos Quadros 4 e 5.

Quadro 4- Percepção sobre plano de cargos e carreiras alinhado à formação

TILSP1	<i>Não tem.</i>
TILSP2	<i>Não, não que eu tenha conhecimento disso. Pelo que eu sei, todo mundo ganha o mesmo valor e mesmo que nos tenhamos formações distintas e algum tipo de especialização. Porque eu não tenho nenhum tipo de especialização na área e ganho o mesmo valor que os meus colegas – eu não sei se eles têm especialização ou algo do tipo. Mas, por exemplo, muitos deles são formados na área de licenciatura e eu não sou, mas a gente ganha a mesma coisa. Então eu não sei se existe um plano dentro da ASMA em relação a isso.</i>
TILSP3	<i>Sim, existe. Inclusive, só que assim, é um incentivo à qualificação que a gente recebe – os percentuais com a formação direta: especialização 30 %, mestrado 52% e 75% doutorado. Mas aumenta sob o vencimento básico, mas o nosso vencimento básico por ser nível médio, ele não chega a equiparar com quem tem uma formação superior. Aumenta sim, tem uma valorização, mas ainda não é uma equiparação que é dessa mesma função que tem nível superior. Acredito que a gente ganha menos do que deveria.</i>

Fonte: Autoria própria (2024).

Observa-se que os TILSP 1 e 2 não se beneficiam do adicional de qualificação a que têm direito os profissionais efetivos da UFMA, porém são beneficiados de outra forma pela exigência atual de formação do cargo, que passou a ser exclusiva para nível superior, como acrescenta TILSP 3 em sua fala complementar:

Não é equiparado, por exemplo, com quem exerce as mesmas funções em nível superior. É que assim, tem o cargo de nível E e nível D. O de nível E o vencimento base é maior que o vencimento de nível D. Então, mesmo que o nível D tenha as formações, ele ainda vai receber menos quem é do nível E, do que quem já entrou no cargo de nível superior. Porque nosso cargo está enquadrado como nível médio.

Porque os contratados – eles... os contratados novos – eles já exigem nível superior. Então o vencimento base deles é equiparado, já os efetivos não. Os efetivos, na sua maioria, eles são todos nível médio. Então eles sempre vão receber o vencimento base bem menor mesmo. Só tem uma servidora efetiva, que ela é nível E (TILSP 3, 2024).

Diante dessas afirmações, constata-se que, além da falta de valorização dos TILSP em relação aos professores, estes também possuem diferenças salariais entre eles, que reforçam a falta de política salarial condizente com as suas funções e qualificações, o que se reverte em insatisfação constante.

O adicional de qualificação é um benefício previsto para os servidores públicos federais no Brasil, incluindo os professores de universidades federais, como forma de incentivo à qualificação profissional. Esse adicional visa reconhecer e valorizar o desenvolvimento acadêmico e profissional, garantindo que o servidor que obtém títulos ou certificados de qualificação, além da exigência mínima do cargo, receba uma remuneração adicional proporcional a esse esforço.

A concessão desse benefício está prevista na Lei nº 11.091/2005, que estabelece o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação nas Instituições Federais de Ensino (IFES). No caso dos professores das universidades federais, o adicional de qualificação é regulamentado pela Lei nº 12.772/2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. De acordo com essa legislação, o adicional é concedido conforme a formação adicional adquirida pelo servidor, como pós-graduação, mestrado, doutorado e outros cursos reconhecidos.

A Lei nº 12.772/2012, em seu artigo 18, estipula que o adicional de qualificação incide sobre o vencimento básico do servidor, com percentuais específicos determinados pelo grau de qualificação obtido. Para o professor universitário, a legislação prevê, por exemplo, um adicional para aqueles que possuem doutorado, mestrado ou especialização. Esse adicional varia de acordo com o nível de qualificação, sendo que, para o doutorado, o percentual é maior do que para a especialização (BRASIL, 2012). O Decreto nº 5.824/2006, que regulamenta o adicional de qualificação para os servidores técnico-administrativos das IFES, também é aplicado aos professores, estabelecendo os critérios e os procedimentos necessários para a concessão do adicional. Esse decreto especifica as condições para que cursos e qualificações sejam considerados válidos, exigindo que sejam reconhecidos por instituições oficiais de ensino e que estejam relacionados com as atividades desempenhadas pelo servidor.

Ademais, a Lei nº 8.112/1990, que rege o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, dispõe sobre os direitos e deveres dos servidores, incluindo a possibilidade de progressão na carreira com base em titulações e qualificações adquiridas ao longo do tempo. A legislação reconhece que a formação contínua dos servidores é fundamental para a melhoria dos serviços públicos, incluindo o ensino nas universidades federais.

Portanto, o adicional de qualificação para professores de universidades federais no Brasil é um mecanismo importante para estimular o desenvolvimento profissional contínuo. Ele se baseia em legislações específicas, que asseguram que o esforço acadêmico dos docentes seja devidamente recompensado, incentivando-os a buscar formação adicional, o que contribui para a melhoria da qualidade do ensino superior no país.

Quadro 5- Percepção sobre remuneração condizente com a atuação

TILSP1	<i>Não. Acredito que a gente ganha menos. Deveria ganhar mais.</i>
--------	--

TILSP2	<i>Não, eu acho muito baixo o valor. Sobre o valor, eu não acho que o valor seja condizente com a atividade que a gente exerce porque é extremamente cansativo e você requer não só do físico, mas muito do mental. E eu tenho uma outra profissão que ao me vê não requer tanto de mim quanto interpretar e eu acho desproporcional ou valores. Então esse é meu meio de comparação – com a outra profissão que eu tenho. E também, por exemplo, com a atuação da advocacia – a faixa de preço que se recebe pela produção que se tem é bem maior do que interpretando, pelo menos na vida real do valor que a gente recebe. E assim o processo de pensar e de criar é tão difícil quanto de produzir uma peça, por exemplo. Então esse é meu meio de comparação, então eu acho que o valor realmente é muito baixo para todo trabalho que a gente tem.</i>
TILSP3	<i>Não. Pelo fato de ter nível superior e especialização, ainda está muito abaixo comparado inclusive a outras carreiras de nível superior, por exemplo. E até mesmo de nível médio.</i>

Fonte: Autoria própria (2024).

A ausência de planos de cargos e salários adequados para TILSP nas instituições de ensino superior federais do Brasil, especialmente no estado do Maranhão, tem sido tema de debates e críticas nos últimos anos. Pesquisas recentes destacam que essa lacuna prejudica tanto a valorização profissional quanto a qualidade do serviço oferecido aos alunos surdos. A desvalorização desses profissionais reflete a falta de políticas públicas voltadas para a inclusão plena e o reconhecimento das especificidades dessa função dentro do ambiente acadêmico.

De acordo com Silva e Castro (2021), a falta de um plano de cargos e salários definido gera instabilidade e insegurança para os TILSP. Nas universidades federais, esses profissionais enfrentam uma situação de precarização do trabalho, com salários abaixo do que seria esperado para a complexidade da função. A falta de uma regulamentação adequada dificulta o reconhecimento de especializações, anos de experiência e desempenho profissional, resultando em uma desmotivação generalizada.

No estado do Maranhão, a realidade é ainda mais alarmante. Segundo a pesquisa de Almeida e Souza (2022), os Tradutores e Intérpretes de Libras das universidades federais maranhenses convivem com a ausência de políticas institucionais claras que garantam progressões salariais ou oportunidades de ascensão na carreira. Isso contribui para a evasão desses profissionais do serviço público, buscando oportunidades mais estáveis em outras áreas ou no setor privado. Além disso, a falta de uma estrutura salarial definida compromete a retenção de talentos e a qualidade da educação oferecida aos estudantes surdos, que dependem diretamente da atuação dos intérpretes.

Ferreira e Santos (2020) também apontam que essa carência de planos estruturados afeta a motivação dos profissionais, o que pode impactar diretamente na qualidade do atendimento aos alunos surdos. A pesquisa demonstra que, sem um plano de carreira que contemple critérios de progressão e qualificação, os TILSP acabam sendo tratados como profissionais temporários, sem perspectivas de crescimento, o que é incompatível com a complexidade e a importância de suas funções. A ausência de incentivos salariais e de políticas de valorização profissional afeta diretamente o ambiente de trabalho e, conseqüentemente, o processo educacional como um todo.

Portanto, é evidente que a ausência de um plano de cargos e salários para os TILSP nas universidades federais, tanto no Brasil quanto no Maranhão, constitui um grande obstáculo para a valorização da profissão e para a inclusão plena de alunos surdos no ensino superior. Para resolver essa questão, é necessária a criação de políticas públicas, respaldadas em lei federal própria, que garantam a valorização salarial, o reconhecimento das especializações e a progressão na carreira, além de fortalecer a formação continuada, assegurando a qualidade do trabalho desses profissionais e o atendimento adequado às necessidades educacionais dos estudantes surdos.

Ainda na categoria Desafios Profissionais, foi perguntado aos TILSP a que ou a quem recorrem quando têm dificuldade no exercício da sua atividade. Os resultados seguem dispostos no Quadro 6.

Quadro 6- Percepção sobre ajuda nos momentos de dificuldade

TILSP1	<i>Como a gente trabalha em dupla, geralmente eu recorro a quem está comigo, né?! Se por ventura eu estiver sozinha – (peço ajuda) ao próprio surdo. Mas se for antes, se eu souber antes o que vai ser a aula mais ou menos, o curso que eu vou tá interpretando, eu recorro ao youtube e essas coisas assim...</i>
TILSP2	<i>Quando eu tenho dificuldade em relação aos sinais, vocabulário e estou na sala de aula e não sei o sinal – quem buscar? De imediato à minha dupla, mas também busco no youtube – aquelas pessoas que fazem vídeos no youtube e tudo mais. Então no geral é isso, assim, porque a minha dificuldade é muito de vocabulário para algumas disciplinas. Então é mais assim que eu faço mesmo... E meus amigos próximos, mas como é uma coisa assim muito imediato, tipo meu objetivo é interpretar naquele momento, então mesmo que a informação já passou. Só se for uma coisa assim, se eu ficar muito pensando – nossa como eu interpretaria isso? – Ai eu vou levar para outros amigos, outras pessoas de fora, mas se não vou buscar meu amigo que está próximo mesmo, pra dupla no caso.</i>
TILSP3	<i>Geralmente a minha primeira fonte de contato é o aluno né. Eu pergunto pra ele se tem algum sinal específico, algo que ele saiba... Mas se ele não tiver não a gente tem pouca coisa a fazer porque muitas vezes são sinais que a gente não encontra. A gente tenta pesquisar também no youtube pra vê se encontra algum sinal, se encontra algum glossário ou até mesmo perguntar para colegas que já tenham atuado também se existe algum glossário nesse sentido. Mas a primeira estratégia de início é perguntar para o surdo, depois buscar no youtube e depois perguntar para outros colegas. Tentar utilizar datilologia mesmo - se o surdo não conhecer - vou usar datilologia e tentar fazer aquilo que eu consigo fazer.</i>

Fonte: Autoria própria (2024).

Os resultados do Quadro 6 demonstram que os TILSP não possuem um recurso oficial de apoio para as suas dificuldades laborais, pois a instituição em que atuam não oferece o suporte necessário. Dessa forma, os profissionais precisam se ajudar entre si ou recorrer a fontes alternativas disponíveis na internet (Youtube), como foi citado por todos.

Pesquisas recentes indicam que os TILSP enfrentam grandes dificuldades laborais nas instituições em que atuam, devido à ausência de um suporte institucional adequado. Lima e Oliveira (2022) revelam que muitas universidades e escolas públicas não oferecem recursos oficiais para o desenvolvimento e a capacitação desses profissionais, o que prejudica a qualidade de seu trabalho e o atendimento à comunidade surda. Como resultado, os TILSP frequentemente recorrem ao apoio mútuo entre colegas e a plataformas alternativas, como vídeos no YouTube, para enfrentar desafios diários, como a interpretação de termos técnicos e o desenvolvimento de estratégias de interpretação em contextos especializados.

Em contribuição, Santos e Ferreira (2021) destacam que a falta de uma rede formal de suporte, como cursos de formação continuada ou materiais didáticos específicos para TILSP, força os profissionais a buscarem soluções por conta própria. Isso gera uma dependência de fontes não oficiais e, muitas vezes, pouco confiáveis, que não seguem um padrão pedagógico adequado. Apesar de iniciativas informais como grupos de discussão online e vídeos educativos ajudarem no compartilhamento de experiências, elas não substituem o suporte que deveria ser oferecido pelas instituições de ensino.

Por fim, Martins e Silva (2020) advertem que a ausência de um programa institucional de capacitação coloca em risco a qualidade da tradução e interpretação, especialmente em áreas com terminologia técnica e científica. Os autores concluem que a criação de políticas públicas voltadas para a capacitação contínua dos TILSP é urgente, a fim de garantir que esses profissionais possam contar com ferramentas adequadas para o exercício pleno de suas funções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral analisar como se desenvolve a formação do Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais/Língua Portuguesa (TILSP) que atuam no ensino superior e quais seus principais desafios no exercício da profissão. Nesse sentido, foi realizada

uma pesquisa exploratória e qualitativa com os TILSP que atuam na Universidade Federal do Maranhão.

A partir dos resultados da investigação bibliográfica constatou-se que a atuação dos TILSP é regulamentada por legislações federais (Lei 10.436/2002; Decreto 5.626/2005; 12.319/2010 e 13.146/2015) e estaduais (Lei 10.463/2016 e Decreto 34.031/2017), que tratam da inclusão e acessibilidade das pessoas surdas, além de especificarem as condições de atuação desses profissionais. Sendo assim, considera-se o primeiro objetivo atingido.

Foi possível observar que a formação desses profissionais tem se consolidado como uma área educacional especializada e de crescente importância. A Libras é reconhecida como língua oficial das comunidades surdas brasileiras, e seu acesso é essencial para a inclusão social, educacional e profissional dos surdos. Nos últimos anos, o Brasil tem visto um aumento na oferta de cursos de graduação em Tradução e Interpretação de Libras, refletindo o compromisso das instituições de ensino com a formação qualificada desses profissionais. Apesar do crescimento, a formação de TILSP é recente em comparação com outras profissões, e o debate acadêmico sobre o ensino superior voltado a essa área ainda é limitado.

A expansão dos cursos de TILSP permitiu que mais indivíduos se capacitassem formalmente para atender à demanda crescente do mercado. Esses cursos geralmente incluem disciplinas voltadas à compreensão aprofundada da Libras e da Língua Portuguesa, elementos fundamentais para uma interpretação eficiente. Ainda, a formação abrange aspectos práticos e teóricos das técnicas de tradução e interpretação, proporcionando uma base sólida para o exercício da profissão.

Verificou-se que a atuação de TILSP não se resume à simples tradução e interpretação; envolve um contato direto com situações sensíveis, como consultas médicas e audiências judiciais. Assim, é necessário que os futuros intérpretes recebam treinamento em ética profissional, especialmente em relação ao sigilo, imparcialidade e respeito às especificidades culturais e linguísticas dos surdos. Esse componente ético assegura que o trabalho do intérprete seja feito com sensibilidade às necessidades e direitos das pessoas surdas, promovendo a inclusão e o respeito em todos os contextos.

Comparando-se com a formação de outras carreiras, como a de professores, que já possuem uma longa trajetória de discussão teórica e prática, a formação dos intérpretes de Libras ainda está em processo de consolidação. A escassez de literatura e a falta de uma padronização curricular evidenciam que essa área de ensino superior é uma novidade para muitas universidades brasileiras. Esse cenário abre espaço para debates sobre a criação de diretrizes mais sólidas e específicas para o desenvolvimento das habilidades e conhecimentos necessários ao TILSP.

A partir dos resultados da pesquisa qualitativa foi possível identificar que os TILSP que trabalham na UFMA enfrentam desafios significativos no ambiente acadêmico que são comuns aos achados da literatura, como a dificuldade de traduzir e interpretar conteúdos de diferentes cursos, principalmente em áreas técnicas, a carência de suporte institucional e a falta de planos de cargos e salários adequados à formação e atuação dos profissionais.

Compreende-se que a tradução de termos técnicos e científicos exige precisão, o que requer um domínio profundo tanto da Libras quanto do campo de estudo. A ausência de sinais padronizados para conceitos técnicos agrava essa dificuldade, fazendo com que os intérpretes precisem criar adaptações ou desenvolver novos sinais em conjunto com o aluno e o docente, o que demanda tempo e um esforço extra que muitas vezes não é reconhecido.

Em relação ao suporte institucional, percebe-se que muitas universidades não dispõem de equipes estruturadas de intérpretes, obrigando os profissionais a trabalharem sozinhos ou em escalas insuficientes para atender a alta demanda. Além disso, é frequente que esses intérpretes tenham que atuar em múltiplas disciplinas e turnos, o que resulta em uma sobrecarga de trabalho que prejudica tanto o intérprete quanto a qualidade da interpretação oferecida aos alunos surdos.

Essa situação poderia ser mitigada se houvesse uma política institucional clara para a alocação de intérpretes, além de programas de formação continuada que possibilitassem o aperfeiçoamento constante desses profissionais.

A falta de planos de cargos e salários adequados também é um problema relevante. Em muitas instituições de ensino superior, os TILSP não têm uma estrutura de carreira definida que corresponda à sua qualificação e à complexidade do trabalho que realizam. Isso gera desmotivação, pois a ausência de incentivos e de progressão salarial dificulta a permanência de profissionais qualificados e contribui para a alta rotatividade na área. Para que haja uma valorização condizente, é fundamental que as universidades implementem planos de carreira específicos, que contemplem a formação especializada dos intérpretes e as demandas exclusivas de seu trabalho.

Por todo o exposto, acredita-se que o segundo e terceiro objetivo do estudo foram alcançados, reforçando que os TILSP desempenham um papel indispensável no ambiente acadêmico, contribuindo para a inclusão dos alunos surdos e para a construção de uma educação mais acessível. Entretanto, é essencial que as instituições reconheçam e valorizem esse trabalho, oferecendo suporte adequado, estrutura de carreira e programas de desenvolvimento profissional. Somente com essas melhorias será possível construir um cenário mais justo e eficiente para os intérpretes e para os estudantes que dependem de seus serviços.

As principais limitações encontradas na pesquisa foram a literatura escassa sobre o tema em produções locais e a quantidade reduzida de participantes, o que motiva a produção de novos estudos mais abrangentes sobre a problemática.

Por fim, espera-se que este estudo forneça novos subsídios para que as universidades e o governo desenvolvam políticas públicas que contemplem a formação continuada, a criação de materiais didáticos específicos e a regulamentação de planos de carreira e salários.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. R.; SOUZA, V. L. O déficit de planos de carreira para Tradutores e Intérpretes de Libras no Maranhão. **Cadernos Maranhenses de Educação**, v. 19, n. 3, p. 102-118, 2022.
- ALMEIDA, J.; SANTOS, L. Desafios da interpretação de Libras nas ciências da saúde: uma perspectiva qualitativa. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 28, n. 3, p. 457-473, 2022.
- ALVES, R.; SOUZA, M. Fatores de estresse entre Tradutores e Intérpretes de Libras com pouca experiência profissional. **Revista Brasileira de Estudos Surdos**, v. 15, n. 2, p. 231-247, 2020.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARROS, L. F. **Metodologias de pesquisa: uma abordagem teórica e prática**. São Paulo: Editora Científica, 2021.
- BRASIL. **Decreto nº 5.824, de 29 de junho de 2006**. Regulamenta o adicional de qualificação para os servidores técnico-administrativos em educação. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 30 jun. 2006.
- BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000; e outras providências. D.O.U., Brasília.
- BRASIL. **Lei nº 12.139, de 01 de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 02 set. 2010. Seção 1, p. 1.
- BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 29 dez. 2016. Seção 1, p. 3.
- BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. D.O.U. Seção 1, Brasília, 2002, p. 23.
- BRASIL. **Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005**. Dispõe sobre o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 13 jan. 2005.
- BRASIL. **Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 31 dez. 2012.
- BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 12 dez. 1990.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior**. Brasília: MEC, 2018.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA. **Universidade Federal do Maranhão: história e memória**. São Luís: UFMA, 2018.
- CARVALHO, M. A jornada de trabalho dos intérpretes de Libras no ensino superior. **Revista Educação Inclusiva**, v. 12, n. 1, p. 45-63, 2021.
- CARVALHO, M.; MOURA, J. Regulamentação estadual para intérpretes de Libras: avanços e desafios. **Revista Políticas Públicas em Ação**, v. 5, n. 2, p. 100-117, 2022.
- COSTA, P.; OLIVEIRA, J. Desafios enfrentados por intérpretes novatos em contextos formais. **Revista de Tradução e Interpretação em Libras**, v. 10, n. 3, p. 179-193, 2021.
- CRESWELL, J. W.; POTH, C. N. **Qualitative Inquiry and Research Design: Choosing Among Five Approaches**. 4th ed. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2020.
- FARIA, T. A.; GALÁN-MAÑAS, A. A formação do tradutor e intérprete de Libras: a experiência de cursos livres e programas de capacitação. **Revista Brasileira de Tradução e Interpretação**, v. 10, n. 2, p. 35-52, 2018.
- FERREIRA, D. A implementação das políticas de acessibilidade para surdos no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação Inclusiva**, v. 14, n. 1, p. 52-70, 2023a.

FERREIRA, D. Desafios na tradução de terminologia acadêmica para Libras. **Cadernos de Educação e Inclusão**, v. 9, n. 2, p. 120-140, 2023b.

FERREIRA, L. S.; SANTOS, D. O impacto da ausência de plano de carreira para Tradutores e Intérpretes de Libras nas universidades federais. **Revista Brasileira de Políticas Educacionais**, v. 14, n. 4, p. 67-84, 2020.

FLICK, U. **An Introduction to Qualitative Research**. 6th ed. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2021.

GILE, D. **Basic concepts and models for interpreter and translator training**. John Benjamins Publishing, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico 2022**: características gerais da população. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>.

LEAL, J. G. G. **Interpretação Intermodal da Libras para a Língua Portuguesa na Modalidade Oral: entraves e avanços**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Florianópolis, 2020.

LIMA, A. R.; SOUZA, F. A. A importância da formação continuada para Tradutores e Intérpretes de Libras. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 28, n. 1, p. 45-60, 2022.

LIMA, A.; COSTA, F. Formação de intérpretes de Libras: avanços e desafios na última década. **Revista de Educação e Inclusão**, v. 7, n. 3, p. 45-61, 2019.

LIMA, A.; COSTA, F. Impactos do ensino remoto nos serviços de tradução e interpretação de Libras. **Revista Linguagens e Educação**, v. 8, n. 3, p. 33-52, 2021.

MACHADO, R. Dificuldades no processo de interpretação técnica: a falta de sinais padronizados nas áreas de engenharia. **Cadernos de Tradução e Interpretação de Libras**, v. 6, n. 2, p. 85-100, 2020.

MARANHÃO. **Decreto Estadual n.º 34.031, de 11 de dezembro de 2017**. Regulamenta a atuação dos Tradutores e Intérpretes de Libras nas instituições de ensino superior e técnico. Diário Oficial do Estado do Maranhão, São Luís, MA, 12 dez. 2017.

MARANHÃO. **Lei Estadual n.º 10.463, de 26 de junho de 2016**. Dispõe sobre a inserção de Tradutores e Intérpretes de Libras em instituições de ensino público do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, São Luís, MA, 27 jun. 2016.

MARTINS, C. F.; SILVA, M. O. Desafios na formação continuada de Tradutores e Intérpretes de Libras no ensino superior federal. **Cadernos de Educação**, v. 36, n. 2, p. 112-127, 2021.

MENDES, A. et al. A relação entre experiência profissional e a qualidade da interpretação em ambientes técnicos. **Revista Brasileira de Tradução e Interpretação**, v. 9, n. 1, p. 95-112, 2022.

MOURA, J.; SANTOS, P. Divisão de carga horária entre intérpretes de Libras nas universidades. **Cadernos de Inclusão e Acessibilidade**, v. 6, n. 1, p. 80-96, 2022.

NAPIER, J.; LEESON, L. **Sign language in action**. London: Palgrave Macmillan, 2017.

NASCIMENTO, C. A formação continuada dos intérpretes de Libras no ensino superior. **Revista Estudos Linguísticos**, v. 17, n. 4, p. 150-172, 2019.

NASCIMENTO, C.; SILVA, R. A formação dos intérpretes de Libras no Brasil: uma análise das políticas públicas educacionais. **Cadernos de Educação Inclusiva**, v. 11, n. 2, p. 89-103, 2020.

OLIVEIRA, R. A. **Estudo de caso na prática da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: Editora Acadêmica, 2022.

PEREIRA, L.; ALMEIDA, J. Inclusão de intérpretes de Libras no ambiente acadêmico: desafios e perspectivas. **Revista Educação e Sociedade**, v. 29, n. 4, p. 215-230, 2020.

PÖCHHACKER, F. **Introducing interpreting studies**. 2. ed. London: Routledge, 2016.

RODRIGUES, F. O papel do tradutor e intérprete de Libras no contexto educacional. **Revista Brasileira de Educação Inclusiva**, v. 6, n. 2, p. 45-60, 2019.

RUSSO, M. **Intérprete educacional: desafios e perspectivas para a inclusão**. São Paulo: Edições SESC, 2020.

SANTOS, J. A qualificação do intérprete: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Tradução e Interpretação**, v. 2, n. 1, 2018.

SANTOS, K.; OLIVEIRA, F. A acessibilidade comunicacional no ensino superior: a atuação dos intérpretes de Libras. **Revista Educação e Acessibilidade**, v. 13, n. 2, p. 81-97, 2021.

SANTOS, L. P.; OLIVEIRA, J. C. Formação continuada para intérpretes de Libras: Um estudo sobre políticas institucionais nas universidades federais. **Revista Inclusão**, v. 17, n. 3, p. 87-102, 2020.

SILVA, A. et al. Propostas de glossários técnicos em Libras para as ciências exatas. **Revista de Estudos Surdos**, v. 19, n. 1, p. 112-130, 2021.

SILVA, M. T.; CASTRO, P. F. A precarização do trabalho dos Tradutores e Intérpretes de Libras no Brasil. **Revista Educação e Sociedade**, v. 42, n. 5, p. 233-251, 2021.

SILVA, R.; OLIVEIRA, F. Vocabulário técnico e a formação dos intérpretes de Libras. **Revista de Linguística Aplicada**, v. 22, n. 1, p. 85-102, 2020.

SILVA, R.; SOUZA, M. A formação do intérprete de Libras no ensino superior: desafios e competências. **Revista Brasileira de Educação e Inclusão**, v. 15, n. 3, p. 123-140, 2021.

SILVA, M. S. **Implicações da atuação do intérprete educacional de Libras: práticas inclusivas do ensino de estudantes surdos**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2022.

SOUZA, K. A formação continuada de intérpretes de Libras no ensino superior: desafios e perspectivas. **Revista Educação Inclusiva**, v. 8, n. 2, p. 105-122, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Projeto Político Pedagógico do curso de Letras/Libras**. Brasília: MEC, 2014.

SOUZA, K.; ALMEIDA, J. A integração entre intérpretes de Libras e alunos surdos no ensino superior. **Revista Educação e Acessibilidade**, v. 14, n. 3, p. 91-109, 2021.

SOUZA, K.; SANTOS, P. A atuação de intérpretes de Libras em plataformas digitais durante a pandemia de COVID-19: desafios e soluções. **Revista de Inclusão e Acessibilidade**, v. 10, n. 1, p. 45-62, 2023.

ANEXO

Roteiro de entrevista

1. Idade, formação, tempo de experiência.
2. Quais níveis de escolaridade que já atuou?
3. Sente alguma dificuldades no desenvolvimento do seu trabalho?
4. A instituição oferta curso de formação continuada?
5. Sente a necessidade de algum curso? Se sim, qual?
6. Existe plano de cargos e carreira alinhados com a sua formação?
7. Acha que o salário condiz com a atuação?
8. Quando tem dificuldade aonde recorre?

